



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

MEMÓRIAS DA INSURREIÇÃO DE 1817 NA PARAÍBA: O DIÁRIO DO SARGENTO FRANCISCO INÁCIO DO VALLE

Serioja R. C. Mariano*

1

Nesse texto pretendo discutir, a partir do Diário do Sargento Francisco Inácio do Valle, as memórias sobre a insurreição de 1817 na Paraíba. Publicado em 1912, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.¹ O diário é um documento rico em informações e descreve o movimento desde a eclosão, em março, até o término, em maio, com um olhar voltado para as práticas cotidianas dos militares. Intitulado “Memória – ou Diário dos Successos da Revolução e Contra Revolução da Capitania da Pahaiba do Norte desde o dia 13 de março até 6 de maio e deste dia até 12 de junho, dia da posse do governo actual”, o diário foi publicado originalmente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, depois, enviado ao IGHP pelo sócio correspondente, o Capitão de Artilharia Dr. Frederico Cavalcanti Carneiro Monteiro.

* Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História/UFPB e coordenadora do grupo de pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

¹ Criado logo após a proclamação da República, em 1905, aquela instituição tinha como modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), e cumpria o papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHAWARZ, 1995, p.99). Na Paraíba, o Instituto transformou-se no foco de produção da história local e, por conseguinte, de um saber que, gradativamente, adquiria o poder de escrever sobre a história paraibana com o propósito de indicar os caminhos e os sentidos da sua identidade, isto é, da *paraibanidade* (MARIANO, 2003).

O Diário ou Memória, como o próprio militar intitula, é um instrumento que deve ser entendido dentro do contexto histórico em que foi escrito. Para recordar, lembrar e, eu diria até, denunciar os participantes da “Revolução”. O diário, com as memórias do militar, foi usado como um espaço legítimo, para denunciar uma “desordem”, e relatar a “verdade”, ou seja, os “sucessos” da contra revolução. Um discurso revestido de uma “veracidade”, que é legitimado pelo *lugar social* ocupado pelo Sargento Francisco Inácio do Valle. Um discurso que tem como base “uma realidade concreta”, enquanto testemunha ocular dos acontecimentos de 1817, “há uma nítida preocupação com o concreto e com o sumário de observações objetivas” (D’ARAÚJO, 1996, p.188). Uma maneira de comprovar legalmente e de registrar, a partir do vivido, seguindo uma tradição do direito romano. Portanto entender as razões, as intenções da produção do documento é parte fundamental do trabalho do historiador, como chama a atenção Regina L. Moreira,

Ora, a essência do trabalho de um historiador pressupõe sempre sua natureza de "estrangeiro", seja em relação às fontes das quais se serve, seja em relação ao seu objeto de pesquisa. "Estrangeiro" ainda em relação ao tempo por ele analisado. Podemos assim fazer uma analogia entre o olhar do visitante estrangeiro e o do historiador, entre os habitantes locais e um diarista. Será com esse olhar que o pesquisador deverá tentar analisar e compreender as relações existentes entre o cotidiano e a mudança, entre o cotidiano e os grandes acontecimentos (1996, p.183).

Portanto, na preservação da memória, o diário é visto como sendo um meio, um instrumento de legitimação de uma fala, escrito na terceira pessoa, para conservar certas informações consideradas relevantes pelo militar.

No Brasil, a partir das últimas décadas do século XX, o diário vem ganhando cada vez mais espaço entre os estudiosos, com trabalhos que mostram as transformações e os sentidos dados ao diário, como fonte histórica e objeto de estudo. Até pouco tempo os diários eram, apenas, de interesse do campo da literatura. Desde o século XVIII eles passaram a ter uma função de conexão do mundo privado com o público, bem como serviam para os relatos de viagens, descobertas, e como um espaço literário de interação com o mundo exterior. Segundo Alain Corbin (1991) o diário passou a ter a função de recuperar a memória, adentrando, inclusive no espaço privado, nas famílias burguesas,

no século XIX, as moças recebiam diários para registrarem as ações das suas vidas, por exemplo.

Diferente de um romance que cria um mundo ficcional e de uma autobiografia que olha para trás a partir de um ponto fixo, o diário represente um tempo presente contínuo, acompanhando o destino imprevisível e imponderável. E tanto para o diarista, como para o leitor cada dia seguinte será sempre uma surpresa (D'ARAÚJO, 1996, p.187).

E o tempo presente de escrita, do diário do Sargento, é o início do século XIX, no contexto de um movimento de contestação política. Portanto, analisar o documento, na tentativa de entender a representação construída a partir do olhar de um militar, sobre o dia a dia do movimento de 1817, no antigo Norte, é o objetivo deste texto. Considero a escrita do diário como uma representação de uma linguagem simbólica, carregada de sentidos, um campo de forças de uma dada construção histórica que é datada (1817), dentro de um contexto. A narrativa dos discursos do Sargento está marcada por um poder simbólico que legitima o movimento, a partir de um enredo construído por uma testemunha ocular do movimento, o que garante, nos discursos, a credibilidade da escrita. Portanto, entender a maneira como o militar deixou a sua impressão sobre a insurreição é parte constitutiva da análise desse texto. Lembrando que a memória é seletiva e que é também um “instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1994, p.476-477)

Português de nascimento, ou seja, “europeu”, como eram conhecidos os estrangeiros no Brasil do século XIX, o Sargento morava na cidade da Paraíba e ocupava um cargo de *status* e poder na sociedade do início do Oitocentos. O relato sobre a “revolução”² tem início no dia 7 de março e o militar mostra como, nesse dia, vieram fugidos de Pernambuco, “vários europeos”, que não queriam participar de um movimento contra o Rei, com o objetivo “de instituir uma República Nacional Brasileira”. O momento era de “desordem” em Recife, pois estavam “decapitando todos

² Neste trabalho, tratarei do movimento como uma insurreição, entendo como uma oposição à ordem vigente. Mas, também, utilizarei o termo “revolução”, não no sentido de uma transformação radical da sociedade, mas como diria Mota, “um processo mental”, ou seja, “uma viragem mental” do início do século XIX. Os insurretos utilizavam o termo “revolução” e pensavam como sendo um processo revolucionário, este era o vocabulário da época (MARIANO, 2005).

os Europeos habitantes (...)” (RIHGP, 1912, p.119-120). De início, já se percebe o tom do discurso que o militar quer passar, de acusação e de denúncia.

O diário enquanto fonte histórica, e objeto de estudo, permite que possamos compreender o *lugar social* de produção da escrita, o contexto, a trajetória da vida do Sargento, naquele momento em que estava escrevendo, isso porque não é um diário íntimo, no sentido de acompanhar o militar por toda a sua vida pessoal, mas são as suas memórias sobre um momento específico, a “Revolução de 1817”, no espaço de trabalho, na Paraíba. Ou seja, um texto do seu próprio tempo, e apresenta a sociedade de início do Oitocentos, a partir de sua ótica, enquanto agente de uma memória. Um tempo vivido, como chama a atenção Le Goff, “o velho tempo da memória, que atravessa a história e alimenta” (1994, p.13).

A tônica da história é o cotidiano dos militares, em uma capitania/província marcada por convulsões e mudanças, que não é ficcional, mas diferente do conteúdo do romance o “diário representa um tempo presente contínuo acompanhando uma história de vida imprevisível e imponderável” (FERREIRA, 1998, p.8). Um texto rico, tendo em vista que ainda são poucos os diários deixados por militares.³

No relato, a Paraíba é apresentada aderindo ao movimento de insurreição, assumindo a liderança uma grande parte da elite local. Insatisfeito com o rumo dos acontecimentos, e por se negar a apoiar a “causa dos revolucionários”, o Sargento recebeu ordens de prisão na Sala do governo, juntamente, com outros os militares: o Capitão João Soares Neiva e o Secretário Antonio Manuel da Silva Coelho, todos ficaram sob a custódia do Tenente Coronel de Milícias de Branco Alexandre Francisco de Seixas Machado. Em seguida foram postos em liberdade, mas o Sargento ficou preso em sua residência, sendo vigiado por um guarda, posto na porta da casa. (RIHGP, 1912, p.122).

A narrativa prossegue com uma minuciosa descrição do cotidiano dos militares: com titulação, valor dos soldos, entre outras especificidades que fazem parte do contexto militar. O diarista reclama do “perigo” que era ter dois batalhões

³ “Diário do Tenente-Coronel Albuquerque Bello. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do Paraguai.” Documentos Históricos - Anais da Biblioteca Nacional (vol.125). SALLES, Ricardo e ARRAES, Vera (orgs.). Vol. CXII. Rio de Janeiro, 2011.

comandados, um pelos Pardos e o outro por Negros, naquele momento o medo do exemplo haitiano ainda estava bem vivo no cotidiano da sociedade paraibana. Vejamos o que ele diz:

Deve notar-se que essas duas Companhias [de Cassadores Pardos e Pretos], no que respeitava os seus Officiaes e Officiaes Inferiores e Soldados herão *os mais temíveis porque elles aleciavam todos dos cativos de uma a outra cor para ficarem libertos*, huma ves que se unissem as Bandeiras da Pátria (...), (RIHGP, 1912, p.130, grifos meus).

Branco, negro, mulato e índio compunham as tropas. Era uma clientela ativa e predisposta que engrossava as fileiras do movimento. Os escravos eram instigados a se juntarem às tropas com a promessa de alforria, pensamento comum entre a pequena ala mais progressista. Mas a maioria dos proprietários rurais não tinha a intenção de mudar a estrutura econômica, basicamente escravista, e temia a “enchente escrava”. Na perspectiva indígena, ficar de um lado ou de outro poderia garantir a posse da terra. Este foi o caso dos que lutaram, no primeiro momento, com os *patriotas* e receberam a garantia de suas propriedades, como por exemplo, na vila de Alhandra: “(...) outras duas léguas de patrimônio dos índios serão ocupadas pelos mesmos (...) eles têm preferência para as suas moradias e agriculturações (...)”. Garantia assegurada no documento de reinstalação da Câmara, desativada desde a eclosão do movimento.⁴ O aumento do pagamento do soldo fora utilizado como estratégia para garantir um maior número possível de homens nas tropas. Essas ofertas eram atrativas e bem vistas, principalmente pelas péssimas condições que os soldados enfrentavam uma situação que não era nova: pouca comida e um soldo miserável, quando o recebiam; muitas vezes uma pouca ração era a única fonte de pagamento.

O diarista, enquanto militar de carreira, se choca com as mudanças que estavam acontecendo na estrutura militar, a exemplo da abolição do Regimento de Cavalaria Miliciano: quando o Coronel Amaro Gomes Coutinho, um dos insurretos e líder do movimento, mandou recolher todas as patentes daqueles que fossem considerados *realistas*, defensores do rei. Criou-se um novo Regimento de Milícias de

⁴ “Termo de reinstalação da Câmara da vila de Alhandra, Paraíba do Norte, tendo a seu cargo o cuidado da arrecadação do rendimento das terras do seu patrimônio, que é uma légua e que as duas léguas do patrimônio dos índios serão ocupadas pelos mesmos índios” (27/04/1817). Documentos Históricos, v. CI, doc.nº. 111. p. 166-175

Branco “dalém do Rio”. Inclusive com homens “sem modos militares” (RIHGP, 1912, p.133).

Outra estratégia utilizada pelos *patriotas* para conseguir braços para a luta foi à doação de patentes a pessoas que não tinham condições financeiras para possuir um cargo, já que, para ser militar, principalmente do alto escalão, era necessário ter bens. Ou ainda, ter o posto de militar elevado na hierarquia. Naquele contexto, para um homem da elite que não dependia financeiramente do soldo para sobreviver, ter prestígio e *status* social era muito mais importante, pois obter uma patente de Coronel tinha um alto significado na manutenção das bases do poder local. O que mostra uma herança do Antigo Regime.

A doação de patentes de oficiais a pessoas que não haviam passado pela hierarquia militar, ou seja, pelo posto de soldado - principalmente aqueles que não se enquadravam no *status quo*, caso de um liberto de Amaro Gomes Coutinho - desgostou alguns moradores da vila de Pilar, em especial, Francisco José de Ávila Bintencourt, que preferiu servir em Pernambuco, pois considerava a quebra de hierarquia como uma “extravagante presunção”. Queixou-se o militar, reclamando da mudança súbita de posição.⁵ As hierarquias militares, nessa nova ordem social que estava se ajustando e em definição, foram abaladas, repercutindo diretamente nas estruturas de poder. Portanto, as ordens militares constituem elemento de prestígio social, eram sinônimos de poder, os títulos militares nas famílias abastadas da Paraíba.

O texto é todo escrito na terceira pessoa, talvez por ser um documento que, na perspectiva do Sargento, pudesse ser usado como documento contra os revolucionários, bem como deixar o diário com um aspecto mais formal, oficial. Apresenta um relato do cotidiano da “Revolução” para mostrar a dimensão que a mesma havia tomado, quando, por exemplo, invadia o espaço urbano. O caso teria acontecido no momento em as tropas dos revolucionários desfilavam nas ruas centrais da capital, com uma bandeira branca, símbolo do movimento. Esses rituais podem ser percebidos como parte constitutiva de um capital simbólico que legitimava o movimento (BOURDIEU, 2007).

⁵ “Carta de Francisco de Ávila Bitencourt ao padre Antônio dizendo que assentou praça no Recife” (12/04/1817). *DH*, v. CI, doc. nº 81, p. 116.

Seguindo o seu relato, o diarista vai apresentando os personagens dessa trama: alguns considerados “os vilões” e outros os “heróis” de 1817. Alguns adjetivos são usados em um tom irônico quando se reporta aos líderes do movimento, todos com títulos militares: o *valentão*, o *grande Brigadeiro*. Nas suas memórias o que se percebe é que, mesmo criticando o movimento, faz elogios, por exemplo, ao Tenente Peregrino de Carvalho, refere-se como *o mais valente dos insurgentes, o jovem herói da liberdade*.⁶ Mas, os outros líderes aparecem como *traidores, brutos, furiosos, malditos chefes revolucionários*. Uma memória que cria e consolida essa visão, na qual o personagem histórico e o herói se confundem, e, nesse contexto, os heróis são aqueles que derrotaram os revoltosos de 1817 (MARIANO, 2003). Nesse sentido, a memória, pensada como presença do passado:

É uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição ‘coletiva’ (...). (ROUSSO, 1996, p.94-95)

Como mostra Vavy Pacheco Borges, “a memória tem um papel fundamental também porque os fenômenos da cultura política são compreendidos em uma devoção mais longa e não no tempo curto” (1992, p.17). Uma memória que é socialmente construída proporciona a composição de uma memória nacional que reforça e cria determinadas datas, fatos e marcos.

Relata o que considera uma cena importante, a entrada da tropa *realista* na cidade da Paraíba: cerca de três mil homens, dentre eles os índios das vilas de Alhandra, Conde e Pilar, todos com arco e flecha, carregando a bandeira com as insígnias reais. Abre uma exceção e fala da vida privada quando descreve como sua mulher, da janela de casa, apresentou a bandeira real, em um ato de respeito e honra. Segundo o diarista a primeira bandeira que se viu “alvorada na caza do Sargento Mor Francisco Inácio do Valle por sua mulher, D. Barbara Francisco Lobo”. Ainda aparecem as cenas do

⁶ É interessante observar como é tratada a figura de José Peregrino de Carvalho na história da Paraíba: militar de carreira foi imortalizada no quadro de Antonio Parreiras, pintado em 1918. Trata-se de uma tela adquirida no governo de Camilo de Holanda e exposta, até hoje, na sede do governo estadual, que retrata a cena de rendição que apresenta o pai de Peregrino, Augusto Xavier de Carvalho, com a imagem de um crucifixo na mão, pedindo para que o filho se entregasse. Diante do apelo do pai, ocorre o inevitável e, aos prantos, Peregrino é levado preso. Essa cena é reforçada pela historiografia paraibana para mitificar um dos heróis de 1817.

cotidiano da contra revolução, quando a bandeira real volta a tremular nas principais ruas da cidade da Paraíba: “(...) em todas as cazas que as Senhoras tinham feito particularmente (ainda mesmo as escondidas, de seus maridos, que hoje estão em desgraça)” (RIHGP, 1912, p.144)..

Zomba da cena em que as mulheres dos *patriotas* abriram as suas janelas e levantaram a bandeira real. Uma cena considera patética porque, em momentos anteriores, essas mulheres hastearam a bandeira da revolução. Ainda ridicularizou o fato do advogado, Augusto Xavier de Carvalho, sair montado a cavalo pelas ruas da cidade, com um crucifixo na mão, pedindo para que as tropas *realistas* não matassem seu filho, Peregrino de Carvalho, que ainda resistia no Comando das forças armadas dos *patriotas*. O diarista achou a situação “indecente”. Após se entregar, Peregrino de Carvalho seguiu para o Convento de São Bento, e junto com sua tropa teria dado vivas ao Rei.⁷

No início do mês de maio, após várias demonstrações de que o governo *realista* voltou ao poder, o diarista começa a fazer as suas despedidas com uma narrativa mais “positiva” para um futuro: “Deve ter um fim aqui esta *Memória*, porque de hoje em diante, já este *Orizonte mostra outra face*, e as deliberações são de outra natureza (...)”, (RIHGP, 1912 p.155. Grifos meus).

Nas entrelinhas do seu texto o Sargento revela para quem está escrevendo. A narrativa é direcionada aos *realistas*, quando aponta que vai descrever a derrota dos revolucionários, delatando quem eram os líderes, os culpados, o papel de cada um no movimento. Em uma narrativa orientada, a escrita trás para a cena principal, nesse teatro da revolução, os militares. Portanto, a razão de escrever as memórias ou o diário é o tom de denúncia, de mostrar o quanto ele próprio, personagem desse momento relevante, foi herói quando os *patriotas* o aprisionaram, quando o mesmo resistiu à criação de uma República no Norte do Brasil. Como assevera Ângela de Castro Gomes: “toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’” (2004, p.14). Portanto, nessa perspectiva, o que interessa

⁷ Ao final do movimento, Peregrino de Carvalho foi condenado a morte por “Crime de Lesa-Majestade”. RIHGP, 1912, p.145.

é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não se trata de ‘*dizer o que houve*’, mas *dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou*, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso de sentido do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do que certas reflexões se impõem (GOMES, 2004, p.15. Grifos meus).

Esse “efeito de verdade”, que busca o diarista, é justificado quando o Sargento afirma, ao longo do diário, que sempre esteve na defesa da “Boa Cauza”, em defesa do Rei, contra o governo provisório, e que teria sido, acima de tudo, “um Realista verdadeiro”. Na repressão ao movimento o diarista foi nomeado Comandante chefe das tropas realistas. Uma nomeação que Inácio do Valle fez questão de registrar. Ao longo da narrativa se apresenta como contrário aos *patriotas*, e defensor ferrenho dos *realistas*.

Elege os culpados por toda a “desordem que se instara na Paraíba”, dentre eles, chama atenção para os “pedreiros livres” (RIGHP, 1912, p.158). A referência aos “pedreiros livres” é uma alusão à maçonaria presente no Brasil, e especificamente no Norte, desde o final do século XVIII, com os chamados clubes ou lojas, os mais conhecidos sendo Paraíso e Cabo, em Pernambuco. E em 1817, no processo de Devassa era grande o número de acusados de pertencerem à maçonaria: dos 317 réus defendidos pelo advogado Aragão e Vasconcelos, 62 eram vistos como maçons (MARIANO, 2005).

Na sua concepção, a sucessão dos fatos é relevante para um melhor entendimento da trama histórica, numa sequência processual que dá maior veracidade aos seus argumentos, por isso desde o início do texto narra os acontecimentos, tomando como ponto de partida o momento da eclosão da insurreição em Pernambuco, até o término. Mas, o grande final da narrativa é composto por um documento, uma Portaria de 08 de maio, em que o governo *realista* reconhece a “grandeza” dos serviços prestados do Sargento e o nomeia Sargento Mor de Linha e Ajudante de Ordens, por “consideração e merecimento”, “zelo e fidelidade”. Um militar que mesmo sendo

perseguido nunca abandonou “a Causa Real”.⁸ Portanto, um “herói” que lutou até o fim para resguardar a legitimidade do poder real, e foi reconhecido pelos seus superiores que o concederam um cargo tão “honrado” no governo. Um reconhecimento da fidelidade desses “europeus” que se mantiveram firmes em defesa e lealdade ao Rei.

Relato da vivência de um militar, o diário foi escrito em um contexto de crise, de um movimento de contestação política do Brasil, no início do século XIX. Escrito na terceira pessoa do singular, o documento é único, acerca do cotidiano dos militares na Paraíba em 1817. Interessante, nos dois documentos que fecham o relato das Memórias (a Portaria, e uma carta, enviada para Pernambuco, relatando quem eram os chefes do movimento), percebe-se a vontade do diarista em preservar esses momentos. Uma memória que cria e se consolida na memória coletiva. Uma memória que é socialmente construída proporciona a composição de uma memória nacional que reforça e cria determinadas datas, fatos e marcos (POLLACK, 1992).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORBIN, Alain. "O segredo do indivíduo", em PERROT, Michell (org.). **História da Vida Privada**, vol. 4 (Da Revolução Francesa à Primeira Guerra). São Paulo, Companhia da Letras. 1991.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. “O Fio da Meada no Diário de Vargas” In *Revista Estudos Históricos*, vol. 9, nº 17. CPDOC/FGV, 1996, p.185-204.

_____. “Getúlio Vargas: Cartas-Testamento como testemunhos do poder” In GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si – Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV. 2004, p.295-308.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (10:1998: Rio de Janeiro, RJ). **Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference /Eds. Ilana Strozemberg [et al]**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, 1998. v.1. p.379-386.

⁸ Portaria nomeando o sargento Mor Francisco Inácio do Valle como um dos Comandantes do Governo Realista na província da Paraíba. Diário escrito pelo Sargento-mor Francisco Inácio do Vale, que lutou ao lado dos *realistas* em 1817. RIHGP, 1912, p.156.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si – Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3ª edição, Campinas: UNICAMP, 1994.

MARIANO, Serioja R. C. “A *Paraibanidade* como Culto: A construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP” In SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja R. C. (orgs.) **Histórias da Paraíba**: autores e análises sobre p século XIX. João Pessoa: UFPB, 2003, p.87-100.

_____. “*Gente Opulenta e de Boa Linhagem*: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)”, Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**: estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOREIRA, Regina L. “Os Diários Pessoais e a (Re) Construção Histórica” In *Revista Estudos Históricos*, vol. 9, nº 17. CPDOC/FGV, 1996, p.177-184.

POLLACK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, 3, 1989, p. 3-15.

ROUSSO, Henry. “A Memória Não é Mais o Que Era” In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio e Janeiro: FGV, 1996, p.93-102.

VALLE, Francisco Inácio do. “Diário da Revolução de 1817” *RIHGP* (v. 4), 1912, p.119-158.